

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em 17.02.2021 remeteu o conjunto de deputados subscritores à Senhora Ministra da Justiça a Pergunta nº1352/XIV/2ª, cujo teor se dá por integralmente reproduzido.

Nessa Pergunta solicitavam-se os seguintes esclarecimentos:

1. *Pode o Governo informar a fase em que se encontra o novo edifício Tribunal de Guimarães com vista a albergar o Juízo Criminal (Local e Central), o Juízo de Família e Menores, o Juízo do Trabalho e DIAP?*
2. *Em que data foi recebido o projeto da responsabilidade da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho?*
3. *Foi já transmitido o direito de superfície pelo Município de Guimarães ao IGFEJ?*
4. *Consegue o Governo garantir o cumprimento dos prazos constantes do protocolo celebrado entre Câmara Municipal de Guimarães e IGFEJ?*

A resposta é considerada insuficiente na medida em que, com exceção da questão 2, ela não esclarece, cabalmente, as questões colocadas.

Recorda-se para o efeito que “de acordo com declarações então prestadas pela Senhora Ministra da Justiça, o projeto desenrolar-se-ia em três fases, sendo a 1ª Fase para conceção dos projetos de arquitetura, a 2ª Fase para realização dos projetos técnicos de infraestruturas e sendo a 3ª Fase dedicada à dimensão construtiva. Nos termos do protocolo de cooperação então celebrado a construção (3ª Fase) teria de arrancar num prazo máximo de três anos, após o IGFEJ obter o visto do Tribunal de Contas relativo ao direito de superfície do terreno, avaliado em quase 1,4 milhões de euros”.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo assinados requerem à Senhora Ministra da Justiça os seguintes esclarecimentos:

1. ***Pode o Governo informar em qual das três fases indicadas pela Ministra da Justiça se***

- encontra o novo edifício Tribunal de Guimarães com vista a albergar o Juízo Criminal (Local e Central), o Juízo de Família e Menores, o Juízo do Trabalho e DIAP? Designadamente se se encontra na Fase 1 (conceção dos projetos de arquitetura), na Fase 2 (realização dos projetos técnicos de infraestruturas) ou na Fase 3 (construção)?***
- 2. Foi já transmitido o direito de superfície pelo Município de Guimarães ao IGFEJ?***
- 3. Atento o teor do último parágrafo da resposta do Ministério da Justiça de que “O IGFEJ e o Município de Guimarães encontram-se a colaborar no sentido de que seja possível executar a construção do acima referido edifício dentro do prazo previsto no protocolo celebrados entre as partes”, pergunta-se se se compromete o Governo com a construção até março de 2022, de acordo com o estabelecido no Protocolo celebrado entre Câmara Municipal de Guimarães e IGFEJ?***

Palácio de São Bento, 30 de julho de 2021

Deputado(a)s

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

RUI SILVA(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

LINA LOPES(PSD)